



Os riscos são parte do dia a dia de pessoas e empresas de todos os portes e segmentos. A AIG é uma aliada presente nas mais diversas atividades da economia, contribuindo para que seus clientes possam tomar decisões de maneira informada que lhes permitam estar mais seguros.



Somos a AIG, trabalhamos para que nossos clientes entendam os riscos de hoje e estejam preparados para o amanhã.



Portal do Corretor: plataforma 100% digital para cotação e emissão de apólices on-line.

- Seguradora parceira das bandeiras de cartão de crédito com Seguros Garantia Estendida Original, Seguro Viagem, Seguro Compra Protegida.

- Líder no segmento de Seguros Cibernéticos no Brasil, com R\$ 14,8 milhões em prêmios emitidos em 2020.

Plataforma AIG LAB de capacitações semanais recebeu mais de 3.200 corretores em 2020.

- Foram mais de 36 sessões de treinamento variados sobre soluções de seguros e oportunidades de negócios.

Presente em mais de **80** países e jurisdições

R\$ 849,5

milhões em prêmios emitidos no Brasil em 2020





AIG Seguros Brasil S.A.

CNPJ 33.040.981/0001-50

www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2020

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, referentes às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil desde 1949 e acompanhando a evolução das demandas do mercado com o lançamento contínuo de produtos inovadores, a AIG tem ajudado pessoas e empresas a se desenvolverem e aproveitarem as oportunidades, identificando e gerenciando riscos. Nossa missão é contribuir para que nossos clientes possam tomar decisões de maneira informada que lhes permitam estar mais seguros. Oferecemos aos nossos clientes experiência profissional e entendimento sobre riscos para que possam prosperar em um mundo em constante mudança, ajudando-os a compreender as questões de hoje e estar mais bem preparados para o amanhã.

Atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições, nossa atuação global permite-nos entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais. Disponibilizamos um dos mais completos portfólios de produtos de mercado, somos líderes em diversas linhas e oferecemos rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

Nós, da AIG Brasil, estamos focados no segmento de seguros corporativos, oferecendo soluções de seguros para Responsabilidade Civil, Soluções para Pequenas e Médias Empresas, Ambiental, Linhas Financeiras, Transportes, Propriedade e Crédito; e seguros para pessoas, como Viagem e Acidentes Pessoais, entre outros.

A AIG Seguros Brasil S.A., subsidiária da AIG American International Group, está comprometida com o país e apoia seus negócios em pilares estratégicos, como reconhecimento de pessoas, segurança, compromisso com clientes e parceiros de negócios e tecnologia, com o Portal do Corretor AIG, que permite aos corretores mais agilidade no atendimento ao mercado. O Grupo AIG também opera em resseguros por meio da AIG Resseguros Brasil S.A. (resseguradora local) e da American Home Assurance Company (resseguradora admitida), com o objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, sempre fiel aos padrões e às políticas de qualidade do Grupo AIG.

Performance econômico-financeira

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 849,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 35,9% maior que o exercício findo de 2019, e em termos de prêmio ganho atingiu R\$ 747,9 milhões, 9,4% maior que em 2019. Com relação às despesas, as operacionais atingiram R\$ 6,2 milhões e as administrativas R\$ 109,7 milhões em 2020, representando na sua totalidade uma diminuição de 11,3% em relação ao ano de 2019. A sinistralidade no ano de 2020 foi de 62%, sendo R\$ 464,9 milhões de sinistros incorridos, comparada com uma sinistralidade de 44,7% em 2019, e o custo de aquisição impactou em R\$ 68,8 milhões, sendo 3,5% menor que 2019, em linha com o aumento do prêmio ganho. Quanto às operações de resseguro, as despesas e receitas da operação resultaram em R\$ 112 milhões, 39,3% menor que em 2019. No mais, o resultado financeiro contribuiu com R\$ 31,4 milhões, 34,8% menor que o exercício findo de 2019, as despesas com tributos representaram R\$ 14,5 milhões, 20,4% menor do que o ano anterior, e soma de outras linhas representaram um impacto de R\$ 3,2 milhões. Sendo assim, a operação da Seguradora obteve um lucro de R\$ 6,2 milhões.

Distribuição de lucros

A Seguradora tem como política a distribuição de dividendos ao final do ano em caso de lucro, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal, quando aplicável.

Perspectivas

Dando continuidade e mantendo a consistência de nosso planejamento estratégico, seguimos com foco em eficiência e capacidade técnica de nossos subscritores para continuar a atender corretores parceiros e clientes com agilidade, e profissionalismo. Mesmo diante dos desafios que a nova realidade nos impôs desde março de 2020, mantivemos nossas atividades sem interrupções decorrentes do trabalho remoto, que foi implantado com sucesso e em tempo recorde para 100% de nossa equipe local. Apesar do distanciamento físico, demos continuidade e ampliamos o trabalho de treinamentos aos corretores, atividades de relacionamento, campanha de incentivo de vendas. Seguimos nosso foco em inovação e relacionamento com o mercado, incluindo corretores e clientes, mantendo os investimentos na plataforma full-service online Portal do Corretor AIG, e fortalecemos o blog www.negociosseguro.com.br com novos

podcasts com especialistas do mercado e da AIG, onde exploramos a evolução da tecnologia, riscos e soluções de seguros voltados a diversos segmentos de mercado, como forma de fortalecer no país a cultura do seguro como fator de prevenção.

De forma geral, entendemos que as perspectivas macroeconômicas para 2021 são desafiadoras diante do cenário imposto pelos impactos em alguns setores da economia local e global diante da pandemia, entretanto os índices econômicos sinalizam que o país segue tendo bases sólidas que podem contribuir para a retomada do crescimento, ainda que mais lento, com controle inflacionário. As reformas estruturais começaram a tornar-se realidade com a reforma da Previdência, porém a indefinição sobre as reformas fiscal e tributária e os índices de empregabilidade são fatores que podem retardar a velocidade deste crescimento sustentável da economia. Em geral, o setor de seguros tem muito a contribuir para o crescimento sustentável do país, à medida que é aliado do planejamento financeiro de pessoas e empresas, a AIG, especificamente, por sua experiência, capacidade global, e conhecimento local, está pronta para atuar ao lado dos diferentes projetos de infraestrutura ao desenvolvimento dos negócios privados de diferentes portes e segmentos. Com foco no fortalecimento das alianças com parceiros de negócios, excelência de subscrição, oferta diversificada e atendimento às demandas do mercado, aliados à reorganização dos negócios e ao controle contínuo de despesas, estamos preparados para atuar com a agilidade que nossos corretores parceiros e clientes esperam. Continuamos investindo na capacitação da nossa equipe, cadeia comercial, em tecnologia e no fortalecimento dos valores AIG, como voluntariado, inclusão e diversidade. Acreditamos na contribuição desses fatores para que continuemos sendo uma seguradora líder nos segmentos de grandes riscos e pequenas e médias empresas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança e nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da AIG Seguros Brasil S.A.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

A Diretoria

Demonstração do Resultado

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Prêmios emitidos (Nota 26)	849.598	624.983
Variáveis das provisões técnicas de prêmios (Nota 27)	(101.678)	58.852
Prêmios ganhos (Nota 26.1)	747.920	683.835
Receita em emissão de apólices	-	3.635
Sinistros ocorridos (Nota 28)	(464.900)	(305.447)
Custos de aquisição (Nota 29)	(68.871)	(71.405)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 30)	(6.267)	(13.617)
Resultado com resseguro (Nota 31)	(112.113)	(184.947)
Receita com resseguro	338.687	176.558
Despesa com resseguro	(450.800)	(361.505)
Despesas administrativas (Nota 32)	(109.223)	(123.824)
Despesas com tributos (Nota 33)	(14.507)	(18.224)
Resultado financeiro (Nota 34)	31.415	48.224
Resultado patrimonial (Nota 35)	3.427	(19.324)
Resultado operacional	6.381	(1.294)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	7.100	6.863
Resultado antes dos impostos e participações	13.481	5.569
Imposto de renda (Nota 36)	962	(8.238)
Contribuição social (Nota 36)	549	(4.227)
Participação sobre o lucro	(8.750)	(6.645)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	6.242	(13.541)
Quantidade de ações (Nota 25(a))	5.850.415.554	5.850.415.554
Lucro líquido / (Prejuízo) por lote de mil ações (Nota 25)	0,00	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) do exercício	6.242	(13.541)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	4.561	9.315
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	750	(1.237)
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	70	1.955
Resultado de equivalência patrimonial	(2.906)	19.324
Outros ajustes	302	(5)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	55.717	(17.219)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(76.626)	23.652
Ativos de resseguro	(154.024)	(35.899)
Créditos fiscais e previdenciários	(3.007)	10.527
Depósitos judiciais e fiscais	(2.646)	2.690
Despesas antecipadas	(258)	69
Custos de aquisição diferidos	(4.338)	6.516
Outros ativos	2.788	4.708
Impostos e contribuições	(2.801)	9.262
Outras contas a pagar	11.380	19.928
Débitos de operações com seguros e resseguros	127.531	(10.846)
Depósitos de terceiros	3.450	(730)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	92.173	1.326
Provisões judiciais	(552)	(3.445)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2020	2019
ATIVO		
Circulante	1.784.534	1.588.239
Disponível	103.253	62.969
Caixa e bancos (Nota 5)	103.253	62.969
Aplicações financeiras (Nota 6)	550.102	605.819
Créditos das operações com seguros e resseguros	383.877	323.874
Prêmios a receber (Nota 7)	305.170	231.356
Operações com seguradora	7.836	4.434
Operações com resseguradora (Nota 8)	68.152	87.395
Outros créditos operacionais	2.719	689
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	700.478	555.094
Títulos e créditos a receber	13.369	9.668
Títulos e créditos a receber (Nota 10(a))	65	-
Ressarcimentos a receber (Nota 10(b))	34	9
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	6.788	314
Outros créditos (Nota 12)	6.482	9.345
Despesas antecipadas (Nota 13)	324	66
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	33.131	30.749
Não circulante	233.445	192.317
Realizável a longo prazo	131.788	106.155
Créditos das operações com seguros e resseguros	18.380	2.507
Prêmios a receber (Nota 7)	17.032	2.413
Operações com seguradora	1.348	94
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	69.929	61.289
Títulos e créditos a receber	40.410	41.246
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	28.343	31.810
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	11.654	9.008
Outros créditos (Nota 12)	413	428
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	3.069	1.113
Investimentos (Nota 16)	89.923	70.672
Participações societárias	88.276	70.672
Imóveis destinados à renda	1.647	-
Imobilizado	9.491	11.773
Imóveis de uso próprio	975	2.544
Bens móveis	3.525	3.525
Outras imobilizações	5.164	5.704
Intangível	2.243	3.717
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	2.243	3.717
Total do ativo	2.017.979	1.780.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Lucro / (Prejuízos) acumulados	Total
Em 1º janeiro de 2019	1.099.262	(760.783)	338.479
Prejuízo do exercício	-	(13.541)	(13.541)
Em 31 de dezembro de 2019	1.099.262	(774.324)	324.938
Em 1º janeiro de 2020	1.099.262	(774.324)	324.938
Lucro do exercício	-	6.242	6.242
Em 31 de dezembro de 2020	1.099.262	(768.082)	331.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 296 - 17º e 18º andares, Vila Cordeiro, São Paulo - SP é subsidiária da AIG, Inc. (American International Group, Inc.), e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional. A estrutura societária da Seguradora é conforme diagrama demonstrado abaixo:



A Seguradora conta com o suporte constante do acionista controlador nos Estados Unidos, com disponibilidade de capital, mantendo o compromisso de manter a solvência, liquidez e os limites de capital mínimos requeridos para a operação da Seguradora no Brasil.

A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos:

- Seguros de pessoas**
 - Viagem
 - Roubo e danos
 - Outros
- Seguros corporativos**
 - Riscos de engenharia e propriedades
 - Garantia
 - Riscos ambientais
 - Responsabilidade profissional e civil
 - Outros

Em 13 de setembro de 2019, a AIG Seguros Brasil S.A. requereu formalmente a sua retirada do Consórcio de operação do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, sendo que todos os efeitos da referida retirada passam a ser produzidos a partir de 1º de janeiro de 2020, conforme instrumento próprio devidamente formalizado com este consórcio e a Seguradora Líder.

Conforme Portaria nº 118, de 7 de novembro de 2019, Processo SUSEP nº 15414.629524/2019-19, foi aprovada a mudança do endereço da sede da AIG Seguros Brasil S.A., para Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 296 - 17º e 18º andares, Vila Cordeiro, São Paulo - SP. Conforme Despacho nº 1.681 de 21 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 2018, edição 246, seção 1, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sem restrições, parceria comercial entre AIG Seguros Brasil, AIG Resseguros Brasil e a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Porto Cia.), subsidiária do Grupo Porto Seguro.

O acordo aprovado consiste em uma aliança estratégica entre a Porto Cia. e a AIG Seguros Brasil para distribuição de produtos de Responsabilidade Civil Profissional, Gestão Operacional (D&O), Riscos Cibernéticos, Ambiental Transporte e Operador Portuário focado no mercado de pequenas e médias empresas no Brasil.

Em 22 de abril de 2020, foi realizada assembleia geral extraordinária para definir o aporte de capital para AIG Resseguros Brasil no valor de R\$ 15 milhões, Processo SUSEP nº 15414.606396/2020-61, esse aporte foi aprovado pela SUSEP em 4 de junho de 2020 através da Portaria nº 378. Em 1º de outubro de 2020, a AIG Seguros Brasil S.A. decidiu reterizar a gestão da carteira de investimentos para a BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM (CNPJ nº 62.375.134/0001-44). As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP e a Lei das S.A., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente não sofreu ajustes, tendo em vista que não existem outros itens, além do resultado do exercício:

	2020	2019
Lucro / (Prejuízo) do exercício	6.242	(13.541)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Valor justo ganho	-	-
Imposto de renda	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.242	(13.541)

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "Mantidos para negociação" e "Avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. Em 22 de dezembro de 2017, foi emitida a Circular SUSEP nº 561/17 e alterações posteriores, que dispõe sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Em 30 de julho de 2015, foi emitida a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, que dispõe sobre as provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição crédito operacional e mercado; constituição de bancos de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas - FIP/SUSEP; Normas contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA. CPC 46 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A norma é efetiva, com início a partir de 1º de janeiro de 2018, entretanto para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

CPC 06 (R2) - "Arrendamento", essa norma apresentará mudanças que afetarão principalmente a forma como as seguradoras deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o CPC 06 - "Operações de arrendamento mercantil", vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, para as empresas reguladas pela SUSEP, entrará em vigência a partir de janeiro de 2021.

CPC 50 (IFRS 17) - "Contratos de Seguros", essa norma apresentará uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS baseia-se no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pelos normativos serão avaliados após a homologação da SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

2.2. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda Real do Brasil (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a taxa de câmbio do último dia de fechamento. A Seguradora não possui subsidiárias no exterior ou no Brasil cuja moeda funcional seja diferente de sua moeda funcional.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e o valor pago pela Seguradora para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do exercício somente quando a Seguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Seguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação (data em que a Seguradora se torna parte de um contrato), assim como a baixa de um ativo financeiro e o reconhecimento de ganho ou perda não efetuadas no dia em que a negociação de liquidação ocorre.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros detidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Seguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo, por meio do resultado, são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no exercício em que ocorrem.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide política contábil 2.5(a)).

(d) Determinação de valor justo de ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

(e) Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*Impairment*)

Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados) A Seguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de ativo financeiro esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurada com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não

Na adoção do CPC 11, a Seguradora aplicou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Dentre as isenções previstas no CPC 11, a Seguradora também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos para uma entidade que aplica o CPC 11, tais como: (i) teste de adequação de passivos (ou "Liability Adequacy Test" - vide política contábil 2.11.3); (ii) teste de *impairment* de ativos de resseguro (vide política contábil 2.11.1); (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro; e (iv) identificação de derivativos embutidos em contratos de seguro. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política.

Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321/15 e demais normativos aplicáveis às quais venham a alterar a mesma, Circular SUSEP nº 517/15 e demais Circulares que venham a alterar a mesma. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados às provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Seguradora. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

a) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG")

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores e a modalidade do contrato de repasse.

b) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG-RVNE")

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já iniciaram vigência, mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos, visando estimar todos os riscos já vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

c) Provisão Complementar de Cobertura ("PCC")

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa trazidos a valor presente e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, vide item 2.11.3).

d) Provisão de Sinistros a Liquidar ("PSL")

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos civis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

e) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados ("IBNR")

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Seguradora. A metodologia adotada baseia-se na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

Para fins de atendimento às regras SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de *run-off* utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso e valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNR (*Incurred but not yet reported*) da Seguradora e, consequentemente, os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) avisados e não avisados.

Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

A Provisão de IBNR referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., bem como a provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelos resseguradores.

f) Provisão de Despesas Relacionadas ("PDR")

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas diretamente alocadas a sinistros já avisados, estimativa de despesas diretamente alocadas para os sinistros ainda não avisados (IBNR) para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR, e despesas não diretamente alocadas a sinistros (LUA/E), para fins de cobertura das despesas administrativas relacionadas a sinistros.

g) Provisão de Despesas Administrativas ("PDA")

É constituída Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para o ramo de Seguro DPVAT com base em metodologia determinada pelo CNSP essa provisão é registrada com os informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do mesmo.

2.11.3. Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015, em cada data de balanço, a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos. Os fluxos de sinistros são projetados considerando a particularidade de cada linha de negócio, conforme sinistralidade abaixo:

	Sinistralidade passivo	Sinistralidade ativo
Acidentes pessoais	67%	67%
Garantia estendida	72%	72%
Roubo e furto	72%	72%
Aeronáutico	72%	72%
Responsabilidade civil geral excedente	53%	53%
Responsabilidade civil geral	53%	53%
Propriedade	30%	30%
Gerenciamento de crises	53%	50%
Engenharia / Energia	50%	50%
Ambiental	42%	42%
Riscos financeiros D&O	44%	44%
Riscos financeiros E&O	40%	40%
Transportes - Cargo	66%	66%
Transportes - Responsabilidade	45%	45%
Contas internacionais Cauda Curta	50%	50%
Contas internacionais Cauda Longa	50%	50%
Grandes propriedades	44%	44%
Garantia	50%	50%

O valor presente dos fluxos nominais futuros é calculado utilizando curva de juros (ETTJ), informada pela SUSEP e ANBIMA, com referência na taxa prefixada para os riscos em BRL e Cupom Cambial para os riscos em USD.

Mesmo quando da não ocorrência de um TAP positivo, a Seguradora elabora os fluxos dos ativos de resseguro gerencialmente, considerando nas entradas e saídas de recursos todos os ativos de resseguro, deduzidos das comissões de resseguro diferidas, considerando a defasagem natural de três meses, adotada pela Seguradora, para pagamento e recebimento das transações relacionadas a resseguro. Tanto para o teste dos riscos já assumidos quanto para os prêmios futuros, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

2.12. Derivativos embutidos

A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos exercícios de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11, que permite a não "bifurcação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente, quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

2.14. Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15. Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.15.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do exercício, de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.15.2. Receita de instrumentos financeiros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.15.3. Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do exercício do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos segundo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e da contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A partir de 1º de janeiro de 2019, a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos são aqueles calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, e em consonância com os requerimentos da Circular SUSEP nº 544/2016 e alterações posteriores.

Com base nas disposições da Circular SUSEP nº 544/2016, que altera a Circular nº 517/15, a Seguradora não está reconhecendo os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias desde julho de 2012, tendo em vista o histórico de prejuízos acumulados nos últimos exercícios sociais.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. Para a definição da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, a Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e a experiência dos atuários da Seguradora. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota explicativa 4.1.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas

A Seguradora possui poucos processos judiciais trabalhistas e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras.

Consequentemente, o processo utilizado pela alta Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e estágio (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25, vide Nota 23.

(c) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis, vide Nota 11.

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de seguro

(a) Risco de seguro

O Risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não, e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Seguradora gerencia os contratos de seguros através de políticas internas de subscrição, nesta incluem-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo comitê de crédito. No momento de definir, o prêmio de seguros é aplicado à teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição ao risco. Complementar a isso, temos uma estratégia de subscrição que permite identificar o tipo de risco e fatores que o agravam, como a localização, coberturas, tipos de indústria, entre outros, no momento da precificação do produto. A Seguradora analisa seus riscos, conforme a administração dos mesmos mundialmente pela AIG. Segue abaixo os agrupamentos, bem como seu diferimento médio:

Seguros de pessoas	Tempo de diferimento
Acidentes pessoais	1 ano
Garantia estendida	4 anos
Roubo e furto	1 ano
Seguros corporativos	Tempo de diferimento
Aeronáutico	2 anos
Responsabilidade civil geral excedente	1 ano
Responsabilidade civil geral	4 anos
Propriedades	1 ano
Gerenciamento de crises	1 ano
Engenharia / Energia	7 anos
Ambiental	4 anos
Riscos financeiros	1 ano
Transportes	1 ano
Contas internacionais	1 ano
Grandes propriedades	1 ano
Garantia	5 anos
Risco de crédito	1 ano
Outros	1 ano

Segue abaixo o demonstrativo de concentração de riscos de seguros da Seguradora:

(b) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos até 31 de dezembro de 2020

Descrição	Centro-					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Garantia segurado - Setor público	6	-	-	17.071	-	17.077
Lucros cessantes	286	31	155	2.534	1.252	4.258
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.267	4.638	126	98.552	6.380	112.963
R.C. do transportador desvio de carga	8.132	1.185	131	9.983	4.992	24.423
R.C. do transportador rodoviário carga	10.483	1.653	182	14.125	7.568	34.011
R.C. geral	834	1.756	81	59.280	4.211	66.162
R.C. profissional	313	335	49	17.892	5.251	21.110
R.C. riscos ambientais	949	1.357	258	21.832	2.718	27.114
Riscos cibernéticos	443	60	-	18.476	844	19.823
Riscos diversos	572	407	62	48.286	3.424	52.751
Riscos financeiros - Crédito interno	-	5.571	-	66.080	741	72.392
Riscos nomeados e operacionais	9.735	83.149	7.955	99.381	13.785	214.005
Seguros compreensivos de operações portuárias	160	1.016	39	10.811	3.201	15.227
Transporte nacional	1.913	1.140	8	14.622	3.877	21.560
Turístico (viagem)	1	2	1	85.650	3	85.657
Demais ramos	1.251	2.823	1.881	37.092	5.797	48.844
Total	38.345	105.123	10.928	621.667	61.314	837.377

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2020	33.926
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2020	(60.053)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2020	38.348
Total	849.598

(c) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Centro-					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Compreensivo empresarial	1.433	812	128	6.184	2.347	10.904
Compreensivo riscos cibernéticos	344	34	-	9.081	437	9.896
Crédito a exportação	-	-	-	3.496	511	4.007
Garantia estendida	174	192	246	811	233	1.656
Garantia segurado - Setor público	39	2	-	26.962	82	27.085
Lucros cessantes	2.145	200	429	7.249	1.730	11.573
Marítimos (casco)	-	212	436	265	1.497	2.410
R.C. armador	-	-	-	817	-	817
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.462	4.594	153	68.161	4.972	79.342
R.C. do transportador desvio de carga	6.756	1.310	181	10.619	6.019	24.885
R.C. do transportador rodoviário carga	10.585	2.376	353	15.292	7.343	35.949
R.C. geral	1.054	1.507	233	31.247	4.248	38.289
R.C. hangar	-	-	-	1.227	-	1.227
R.C. profissional	1.025	460	175	21.711	2.971	26.342
R.C. riscos ambientais	981	1.641	275	13.887	2.869	19.653
Riscos de engenharia	92	1.628	22	3.101	1.751	6.594
Riscos de petróleo	-	-	-	1.110	-	1.110
Riscos diversos	644	574	153	37.543	2.681	41.595
Riscos diversos - Financeiros	-	56	-	8.967	242	9.265
Riscos financeiros - Crédito interno	-	7.880	-	44.831	3.101	55.812
Riscos nomeados e operacionais	7.322	51.153	2.487	64.741	23.468	149.171
Seguro benfeitários e produtos agropecuários	622	-	515	347	1.049	2.533
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	357	1.587	9.486	3.278	14.708
Transporte internacional	18	136	-	6.118	1.963	8.235
Transporte nacional	764	499	-	8.912	3.677	13.852
Turístico (viagem)	4	107	31	70.458	805	71.405
Demais ramos	-	-	-	84	1	85
Total	35.464	75.550	7.404	472.707	77.275	668.400

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2019	13.195
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2019	(1.485)
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2019	(36.769)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2019	(18.358)
Total	624.983

(d) Concentração de risco por localidade - retenção Líquida de resseguro em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Centro-					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Garantia segurado - Setor público	3	-	-	4.300	-	4.303
Lucros cessantes	166	37	71	1.172	673	2.119
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.603	2.343	71	44.953	3.556	52.526
R.C. do transportador desvio de carga	7.756	1.113	122	9.535	4.650	23.176
R.C. do transportador rodoviário carga	10.165	1.597	172	13.585	7.263	32.782
R.C. geral	625	1.248	47	33.880	3.050	38.850
R.C.						

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito, de acordo com as orientações da SUSEP sejam considerados no curso normal de seus negócios. No caso dos resseguradores locais que não dispõem de *rating* de crédito, a Seguradora utiliza análise de crédito específica para definição de parceiros e percentuais de alocação, pelo menos a cada renovação de contrato.

Agência classificadora					
Standard					
A. M. Best & Poor's / FITCH					
Classe	Resseguradora	Cedido - %	Rating		
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	36	Sem Rating		
Local	AIG Resseguros Brasil S.A.	37	Sem Rating		
Local	Zurich Resseguradora Brasil S.A.	23	Sem Rating		
Admitida	American Home Assurance Company	4		A+	
		100			

4.5. Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas. Para que o objetivo seja alcançado, as decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Durante o período de reporte, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a Seguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nºs 321/2015, 343/2016 e 360/2017 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

O patrimônio líquido ajustado e a suficiência de capita,l para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido (+/-)	331.180	324.938
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior (-)	(88.276)	(70.672)
Despesas antecipadas (-)	(324)	(66)
Ativos intangíveis (-)	(2.243)	(3.717)
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	240.337	250.483
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.948	3.038
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação de valores econômicos (+/-)	244.285	253.521

	2020	2019
Capital-Base (CB)	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição (CAS)	60.776	59.580
Capital adicional risco de crédito	30.917	26.969
Risco de mercado	11.414	9.079
Benefício da diversificação (Redução por correlação)	(18.360)	(15.883)
Capital adicional de risco operacional (CROPER)	4.698	4.396
Capital de Risco (I)	89.445	84.141
Capital mínimo requerido (II)	89.445	84.141
Suficiência de capital (III)	154.840	169.380
Suficiência de ativos garantidores - (vide Nota 22.1)	36.804	58.820
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR)) (IV)	17.889	16.828

(-) **Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco**

(i) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.

(ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.

(iii) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.

(iv) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido – CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

5. CAIXA E BANCOS

	2020	2019
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	103.253	62.969
Total de caixa e equivalentes de caixa	103.253	62.969

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020						
Fluxo de caixa contratual e não descontado						
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
Composição da carteira						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)						
Fundos de investimento						
Exclusivo	56.714	-	-	-	56.714	10%
Mútuo	45	-	-	-	45	0%
Ativos prefixados						
Públicos	-	-	59.562	4.570	64.132	12%
Privados	-	-	-	-	-	0%
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	34.084	-	271.173	305.257	55%
Privados	-	19.072	44.618	60.062	123.752	22%
Outros	202	-	-	-	202	0%
Total ativos financeiros	56.961	53.156	104.180	335.805	550.102	100%

(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

31 de dezembro de 2019						
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
Composição da carteira						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)						
Fundos de investimento						
DPVAT	105.877	-	-	-	105.877	17%
Exclusivo	36.669	-	-	-	36.669	6%
Mútuo	70	-	-	-	70	0%
Ativos prefixados						
Públicos	-	39.828	-	90.807	130.635	22%
Privados	-	-	8.203	-	8.203	-
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	-	32.979	174.270	207.249	34%
Privados	-	13.649	30.298	72.971	116.918	21%
Outros	198	-	-	-	198	0%
Total ativos financeiros	142.814	53.477	71.480	338.048	605.819	100%

(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade contratada das aplicações financeiras:

	2020	2019
Fundo soberano (exclusivo)		
	SELIC/CDI	SELIC/CDI
Títulos em Tesouraria (Públicos e privados)		
	SELIC/CDI, Prefixado, IPCA	SELIC/CDI, Prefixado, IPCA
	2020	2019
	Valor do investimento	Valor do investimento
	na curva	na curva
	Valor de mercado	Valor de mercado

Ativos financeiros a valor justo através do resultado

Mantidos para negociação

Títulos renda fixa privados

Títulos renda fixa públicos

Cotas de fundos

DPVAT

Exclusivo

Mútuo

Outros

Total mantido para negociação

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Aplicações

Resgates

Rendimento

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Aplicações

Resgates

Rendimento

Saldo em 31 de dezembro de 2020

7. PRÊMIOS A RECEBER

	2020	2019
Prêmios diretos	187.398	136.127
Prêmios de cosseguro aceito	7.777	7.716
Prêmios estimados - RVNE	135.038	96.691
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.011)	(6.765)
	322.202	233.769

Circulante

Não circulante

Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Prêmios emitidos seguros direto

Prêmios cancelados seguros direto

Recebimentos seguros direto

Juros a apropriar – variação

Cosseguro aceito – movimentação

RVNE – movimentação

Provisão para riscos sobre créditos

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Prêmios emitidos seguros direto

Prêmios cancelados seguros direto

Recebimentos seguros direto

Juros a apropriar – variação

Cosseguro aceito – movimentação

RVNE – movimentação

Provisão para riscos sobre créditos

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Prazo médio parcelamento (dias)

Prazo médio recebimento em 2020 foi de 5,10 dias (3,31 dias em 2019).

Parcelamento médio com base nas emissões

A média geral de parcelamento com base nas emissões são 2,04 parcelas em 2020 (3 parcelas em 2019)

A composição do *aging* dos prêmios a receber diretos é demonstrada a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Saldo contábil em 31/12/2020
	impaired	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	
Prêmios a receber de segurados	170.840	3.930	3.486	811	385	7.946	(8.011)
Prêmios a receber de cosseguro aceitos	7.777	-	-	-	-	-	-
Prêmios estimados (RVNE)	135.038	-	-	-	-	-	-
	313.655	3.930	3.486	811	385	7.946	(8.011)

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Saldo contábil em 31 de dezembro de 2019
	impaired	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	
Prêmios a receber de segurados	111.071	10.135	4.791	1.197	-	8.933	(6.765)
Prêmios a receber de cosseguro aceitos	7.716	-	-	-	-	-	-
Prêmios estimados (RVNE)	96.691	-	-	-	-	-	-
	215.478	10.135	4.791	1.197	-	8.933	(6.765)

A composição dos prêmios a receber diretos por ramo é demonstrada a seguir:

	2020	2019		2020	2019
Garantia estendida	1.163	1.231	Riscos de engenharia	-	(3)
Garantia segurado - Setor público	7.689	1.359	Compreensivo empresarial	(2)	(2)
Lucros cessantes	2.344	2.936	Garantia estendida	(974)	(975)
R.C. geral	32.276	9.478	R.C. profissional	(38)	(18)
R.C. profissional	5.231	4.504	R.C. de administradores e diretores (D&O)	(62)	(202)
R.C. riscos ambientais	13.416	5.886	Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	(2.744)	(1.761)
R.C. de administradores e diretores (D&O)	21.051	16.952	R.C. geral	(66)	(22)
Riscos de engenharia	864	1.188	R.C. riscos ambientais	(15)	(47)
Riscos diversos	6.532	6.753	Riscos diversos	(4)	(24)
Riscos financeiros - Crédito interno	19.911	13.866	Riscos nomeados e operacionais	(17)	(252)
Riscos nomeados e operacionais	34.601	28.913	Transporte internacional	(70)	(58)
Transporte internacional	1.341	2.312	Transporte nacional	(1.327)	(1.357)
Transporte nacional	8.775	4.921	Turístico	(1)	(5)
Turístico	819	1.562	Viagem	(565)	(564)
Viagem	9.278	12.259	Demais ramos	(2.126)	(1.475)
Demais ramos	22.107	22.007		(8.011)	(6.765)
	187.398	136.127			

A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(6.765)	(7.041)
Provisões constituídas no exercício	(8.011)	(6.765)
Reversão de provisões para <i>impairment</i>	6.765	7.041
Saldo no final do exercício	(8.011)	(6.765)

A estimativa de perda sobre o valor recuperável dos ativos, em particular de prêmio, é realizada em conformidade com a política de apuração de perdas da Seguradora (vide nota 2.5(a)).

Demonstramos a seguir a composição dos créditos das operações com resseguros por ramo:

	Sinistros pagos		Redução ao valor recuperável		Total
	2020	2019	2020	2019	
Aeronáuticos	954	984	(21)	(19)	933
Compreensivo empresarial	2.286	6.760	(46)	(2)	2.240
Lucros cessantes	6.707	571	(1)	(5)	6.706
R.C. profissional	1.178	2.828	(2)	-	1.176
R.C. geral	5.299	2.933	(47)	(36)	5.252
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.726	3.256	(9)	(4)	1.717
R.C. riscos ambientais	1.264	2.698	(5)	(18)	1.259
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves RCF	2.031	6.575	(29)	(131)	2.002
Responsabilidade civil hangar	3.087	1.407	(32)	(21)	3.055
Riscos de engenharia	2.494	4.571	(1)	(5)	2.491
Riscos diversos	3.376	7.948	(3)	(19)	3.373
Riscos financeiros - Crédito interno	3.813	21.463	(25)	(134)	3.788
Riscos nomeados e operacionais	1.521	1.730	(2)	-	1.519
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.858	5.550	(12)	(6)	1.846
Transporte internacional	9.205	2.865	(3)	(12)	9.202
Transporte nacional	632	795	(20)	(15)	612
Turístico	19.114	11.770	(6)	-	19.108
Viagem	1.535	1.133	(29)	(2)	1.506
Demais ramos	68.455	87.828	(303)	(433)	68.152

A tabela a seguir apresenta o total de operações com resseguradoras divididos entre ativos *impaired* e ativos vencidos e não vencidos não classificados como *impaired*:

	Ativos vencidos						Saldo contábil em 31/12/2020
	Ativos não vencidos	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 1	

12. OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019
Adiantamentos administrativos e a funcionários	2.821	2.907
Valores a receber com partes relacionadas (Nota 38)	4.074	6.866
	6.895	9.773
Circulante	6.482	9.345
Não circulante	413	428

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	2020	2019
Despesas administrativas	324	66
	324	66

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2020	2019
Produtos para indivíduos		
Turístico	62	129
Viagem	37	29
Demais ramos	1	1
	100	159

	2020	2019
Produtos para empresas		
Compreensivo empresarial	340	818
Garantia estendida	19	19
Garantia segurado - Setor público	3.150	2.177
Lucros cessantes	294	371
R.C. profissional	1.474	1.609
R.C. geral	4.557	3.255
R.C. de administradores e diretores (D&O)	6.491	7.716
R.C. riscos ambientais	2.259	1.568
Compreensivo riscos cibernéticos	1.409	601
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	567	566
Riscos de engenharia	318	723
Riscos diversos	1.531	1.227
Riscos diversos - Financeiros	440	423
Riscos financeiros - Crédito interno	5.457	4.583
Riscos nomeados e operacionais	5.145	4.029
Seguros compreensivos de operações portuárias	475	452
Transporte nacional	713	225
Demais ramos	1.461	1.341
	36.100	31.703
Total geral	36.200	31.862
Circulante	33.131	30.749
Não circulante	3.069	1.113

Custo de aquisição diferido refere-se à comissão a pagar a corretores.

	2020	2019
Mutação da DAC		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		28.661
Adições	67.706	-
Amortizações	(71.446)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		24.921
Adições	74.549	-
Amortizações	(68.820)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		30.650
Custo de aquisição de contratos de seguro		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		9.717
Nova estimativa de comissões emitidas	7.030	-
Estimativa de comissões amortizadas	(89)	-
Reversão da reserva anterior	(9.717)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		6.941
Nova estimativa de comissões emitidas	5.673	-
Estimativa de comissões amortizadas	(123)	-
Reversão da reserva anterior	(6.941)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		5.550

São considerados como Custo de Aquisição Diferidos, os custos de aquisição com relação direta e incremental com a apólice/bilhete/certificado, sendo hoje, somente corretagem. O diferimento médio por produto adotado pela Companhia está descrito no item 4 das notas explicativas – Gestão de risco de seguro.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2020	2019
Cíveis	3.580	998
Fiscais (*)	8.026	7.944
Trabalhistas	48	66
	11.654	9.008

(*) Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Referidos créditos estão em processo de recuperação.

16. INVESTIMENTOS

A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 88.277 (dezembro de 2019 – R\$ 70.371), sendo que o lucro do exercício de 2020 foi de R\$ 2.906 (dezembro de 2019 – prejuízo de R\$ 19.324).

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Imóveis		Outros	
	Investimentos	destinados à renda	Investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	70.370	-	302	70.672
Equivalência patrimonial (Nota 35)	2.906	-	-	2.906
Subscrição realizada	15.000	-	-	15.000
Edificação	-	5.312	-	5.312
Depreciação	-	(3.665)	-	(3.665)
Seguradora Líder DPVAT	-	-	(302)	(302)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.276	1.647	-	89.923

17. CONTAS A PAGAR

	2020	2019
17.1. Obrigações a pagar		
Participação sobre os resultados	9.040	8.574
Outras obrigações a pagar	3.508	3.048
	12.548	11.622
17.2. Outras contas a pagar		
Contas a pagar serviços de terceiros	9.097	7.823
Outras contas a pagar	769	560
Contas a pagar - Intercompany (Nota 38)	24.966	21.225
	34.832	29.608

18. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR / IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2020	2019
IOF sobre prêmios de seguros	12.189	8.214
Impostos retidos na fonte	7.528	7.095
Contribuições previdenciárias / FGTS	4.553	4.418
PIS / COFINS / CIDE	7.728	6.901
IRPJ e CSLL	-	1.944
Total	31.998	28.572

19. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (PASSIVO)

	2020	2019
Riscos emitidos	270.886	204.972
Riscos vigentes não emitidos (RVNE)	114.184	79.410
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(57.049)	(60.333)
(-) Ajuste ao valor de realização	(316)	(345)
Resseguro cedido	327.705	223.704
Sinistros	2.656	6.450
Outros débitos	6.931	7.738
Resseguro a liquidar	9.587	14.188
	337.292	237.892
Circulante	337.292	237.892

20. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2020	2019
Contas a pagar - DPVAT	-	1.131
Total	-	1.131

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

2020							
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	22	-	-	-	-	-	22
Prêmios e emolumentos recebidos	1.970	299	(163)	11	162	147	2.426
Outros depósitos	1.244	376	1.919	108	173	-	3.820
	3.236	675	1.756	119	335	147	6.268
							2019
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	908	71	106	108	177	543	1.913
Outros depósitos	99	60	245	53	84	364	905
	1.007	131	351	161	261	907	2.818

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	Premios diferidos - PPNG	Premios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total da provisão para contratos de seguros
Compreensivo empresarial	2.319	760	2.663	2.332	1.115	9.189
Lucros cessantes	1.649	1.167	4.082	1.112	497	8.507
Riscos de engenharia	1.893	270	1.378	5.688	308	9.537
Riscos diversos	10.496	1.528	7.422	39.977	6.297	65.720
Garantia estendida	3.390	-	134	840	160	4.524
Riscos nomeados e operacionais	73.977	43.271	48.229	39.796	11.080	216.353
R.C. administradores e diretores - D&O	31.125	32.294	61.687	46.450	19.580	191.136
R.C. riscos ambientais	15.727	1.065	3.697	8.535	1.316	30.340
Compreensivo riscos cibernéticos	8.532	1.122	703	4.695	1.052	16.104
R.C. geral	31.505	3.018	88.990	62.097	20.719	206.329
R.C. profissional	8.747	1.587	25.096	8.359	6.818	50.607
Transporte nacional	8.182	4.608	3.071	1.066	827	17.754
Transporte internacional	2.950	2.967	2.501	1.944	517	10.879
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	1.101	2.327	8.579	1.634	2.328	15.969
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	511	1.347	4.529	803	1.161	8.351
Riscos financeiros	2.476	514	2.757	4.320	1.090	11.157
Riscos financeiros - Crédito interno	29.323	21.031	22.509	11.156	1.993	86.012
Crédito à exportação	1.938	657	-	-	-	2.595
Garantia segurado - Setor público	12.621	4.347	731	13.675	342	31.716
Turístico	603	414	698	1.761	449	3.925
Vida em grupo	-	-	2.076	-	384	2.460
Seguro benfiteorias e produtos agropecuários	1.693	113	224	1.101	77	3.208
Viagem	31.605	3.722	5.035	28.422	6.607	75.391
Seguros compreensivos operações portuárias	5.661	3.110	12.032	6.865	1.838	29.506
Marítimos (cascos)	1.764	351	436	4.332	474	7.357
Responsabilidade civil hangar	1.269	579	23.683	11.631	4.510	41.672
Riscos de petróleo	1.446	318	1.951	15.291	2.776	21.782
Demais ramos	19	19	21	21	858	2.069
	292.614	132.506	336.123	323.903	95.003	1.180.149
Passivo circulante	-	-	-	-	-	1.056.762
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	123.387

	Premios diferidos - PPNG	Premios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total da provisão para contratos de seguros
Compreensivo empresarial	4.513	254	4.008	1.872	865	11.512
Lucros cessantes	5.202	825	1.029	1.686	143	8.885
Riscos de engenharia	5.709	354	411	4.654	245	11.373
Riscos diversos	9.902	2.831	5.439	23.609	1.732	43.513
Garantia estendida	2.113	-	115	816	163	3.207
Riscos nomeados e operacionais	48.284	29.521	41.739	26.451	2.811	148.806
R.C. administradores e diretores - D&O	27.419	20.751	53.320	25.104	14.575	141.169
R.C. riscos ambientais	10.806	654	9.183	6.008	1.197	27.848
Compreensivo riscos cibernéticos	3.868	-	64	557	145	4.634
R.C. geral	19.993	4.331	83.318	51.730	22.358	181.730
R.C. profissional	9.466	2.096	21.022	6.924	5.417	44.925
DPVAT	-	-	10.505	94.147	-	105.711
Transporte nacional	4.645	4.063	5.883	663	1.022	16.276
Transporte internacional	2.982	2.035	1.809	968	214	7.408
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	874	2.662	6.200	1.189	1.777	12.702
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	149	1.610	6.043	770	842	9.414
Riscos financeiros	2.815	1.194	85	2.664	669	7.427
Riscos financeiros - Crédito interno	23.231	9.962	68.557	35.885	579	138.214
Crédito à exportação	2.314	448	10	963	17	3.752
Garantia segurado - Setor público	8.539	4.397	4.240	4.804	1.550	23.530
Turístico	1.781	433	1.760	1.505	332	2.092
Vida em grupo	-	-	1.416	-	106	2.662
Seguro benfiteorias e produtos agropecuários	882	-	2.909	258	106	53.259
Viagem	27.542	2.916	9.027	16.835	3.057	62.670
Seguros compreensivos operações portuárias	4.782	3.229	9.027	6.798	834	24.670
Marítimos (cascos)	1.175	329	990	3.548	716	6.758
Responsabilidade civil hangar	1.186	309	18.749	14.006	2.709	36.959
Riscos de petróleo	234	383	148	1.690	161	2.616
Demais ramos	401	117	1.490	296	381	2.655
	230.807	95.704	359.677	335.800	64.929	1.087.976
Passivo circulante	-	-	-	-	-	989.072
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	98.904

22.1. Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos garantidores de provisões técnicas:

	2020	2019
Provisões técnicas - seguros (A)		

Mutação da DAC		Custo de aquisição de contratos de resseguro	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		51.261	
Adições	75.499		
Amortizações	(86.381)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.379		
Adições	100.212		
Amortizações	(95.219)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.372		
Mutação da DAC-RVNE		Custo de aquisição de contratos de seguro	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		12.230	
Nova estimativa de comissões emitidas	9.390		
Estimativa de comissões amortizadas	(156)		
Reversão da reserva anterior	(12.230)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.234		
Nova estimativa de comissões emitidas	7.662		
Estimativa de comissões amortizadas	(309)		
Reversão da reserva anterior	(9.234)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.353		
Mutação da PSL com PDR		Passivos de contratos de seguro	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		400.920	
Sinistros avisados	152.954		
Alterações de estimativa	250.579		
Pagamento de sinistros	(269.104)		
Encerramento sem indenização	(119.237)		
Atualização monetária e juros	10.334		
Varição IBNER	342		
Movimentação DPVAT e retrocessão	(2.182)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	424.606		
Sinistros avisados	130.101		
Alterações de estimativa	349.254		
Pagamento de sinistros	(407.052)		
Encerramento sem indenização	(106.699)		
Atualização monetária e juros	18.964		
Varição IBNER	32.402		
Movimentação DPVAT e retrocessão	(10.450)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	431.126		
Mutação da IBNR		Passivos de contratos de seguro	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		299.536	
Reversão da reserva anterior	(299.536)		
Constituição da nova reserva	335.800		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	335.800		
Reversão da reserva anterior	(335.800)		
Constituição da nova reserva	323.903		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	323.903		
Mutação da PDA		Passivos de contratos de seguro	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		469	
Reversão da reserva anterior	(469)		
Constituição da nova reserva	1.059		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.059		
Reversão da reserva anterior	(1.059)		
Constituição da nova reserva	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-		

23. PROVISÕES

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos.

Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da Administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar.

Os processos tributários são considerados contingências, de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais.

	2020	2019	
Saldos patrimoniais			
Cíveis	830	766	
Trabalhistas	264	880	
	1.094	1.646	
Movimentação			
Saldo Inicial	1.646	5.091	
Reconstituição	1.666	732	
Reversão	(631)	(1.304)	
Juros / Atualização	(73)	(2.280)	
Pagamento	(1.514)	(593)	
Saldo final	(1.094)	1.646	
Contingências 2020		Contingências 2019	
Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	8.162	1.094	-
Perda possível	24.031	-	-
Perda remota	6.432	-	-
	38.625	1.094	1.646

	2020	2019	
Saldos patrimoniais			
Perda provável	3.424	1.646	
Perda possível	27.317	-	
Perda remota	9.637	-	
	40.378	1.646	
Sinistros judiciais - 2020		Sinistros judiciais - 2019	
Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	19.779	2.504	-
Perda possível	110.185	36.758	-
Perda remota	35.060	937	-
	165.024	40.199	1.646

	2020	2019
Chance de ocorrência		
Perda provável	11.413	1.147
Perda possível	99.591	25.145
Perda remota	31.732	6.744
	142.736	33.036

24. PASSIVO FISCAL DIFERIDO

	2020	2019	
Imposto de renda	5.191	6.243	
Contribuição social	3.114	3.746	
	8.305	9.989	
2020		2019	
Ajustes contábeis decorrentes da marcação a mercado dos investimentos	4.824	5.401	
Receita de juros e tributos não realizados	3.481	4.588	
	8.305	9.989	

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	2020	2019
Tributos diferidos passivos		
Saldo em 31 de dezembro 2019	5.401	4.588
Movimentação	(577)	(1.107)
Saldo em 31 de dezembro 2020	4.824	3.481

25. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social
O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.099.262 está representado por 5.850.415.554 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária é de 90,5601063736% pela AIG Brasil Holding I, LLC e 9,4398936264% pela AIG Brasil Holding II, LLC.

(b) Reservas
A reserva legal é constituída, quando aplicável, na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída, quando aplicável, para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, quando aplicável.

26. PRÊMIOS EMITIDOS DE SEGUROS

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

Ramo	2020		2019	
	Prêmio emitido	Percentual	Prêmio emitido	Percentual
Compreensivo empresarial	11.032	1%	11.377	2%
Crédito à exportação	3.905	0%	3.821	1%
DPVAT	-	0%	13.195	2%
Garantia estendida	2.302	0%	1.657	0%
Garantia segurado - Setor público	11.872	1%	(10.482)	-2%
Lucros cessantes	4.143	0%	5.687	1%
R.C. profissional	19.640	2%	25.500	4%
Marítimos (cascos)	3.248	0%	2.578	0%
R.C. geral	52.804	6%	41.468	7%
R.C. riscos ambientais	25.561	3%	19.000	3%
R.C. administradores e diretores - D&O	112.665	13%	82.256	13%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	24.147	3%	24.912	4%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	33.675	4%	36.170	6%
Responsabilidade civil hangar	2.265	0%	1.402	0%
Riscos de engenharia	718	0%	5.325	1%
Riscos diversos	51.396	6%	42.307	7%
Riscos financeiros	5.889	1%	9.032	1%
Riscos financeiros - Crédito interno	83.639	10%	54.525	9%
Riscos nomeados e operacionais	230.653	27%	128.765	21%
Seguros compreensivos operações portuárias	16.395	2%	15.977	3%
Transporte internacional	10.311	1%	9.362	1%
Transporte nacional	22.101	3%	15.702	3%
Turístico	2.268	0%	4.503	1%
Viagem	86.720	10%	66.220	11%
Demais ramos	32.249	4%	14.724	2%
	849.598	100%	624.983	100%

26.1. Prêmios ganhos por ramos de atuação

Ramo	2020		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Compreensivo empresarial	12.721	22%	12%
Crédito à exportação	4.017	-24%	14%
Riscos financeiros - Crédito interno	66.477	112%	15%
Garantia estendida	1.025	68%	1%
Garantia segurado - Setor público	7.841	54%	19%
Lucros cessantes	7.354	322%	9%
Marítimos (cascos)	2.638	31%	14%
R.C. profissional	20.869	56%	14%
R.C. geral	42.585	67%	13%
R.C. riscos ambientais	20.206	5%	15%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	24.048	71%	21%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	33.783	82%	21%
R.C. administradores e diretores - D&O	97.416	40%	13%
Responsabilidade civil hangar	1.881	73%	4%
Riscos de engenharia	4.618	45%	12%
Riscos diversos	52.100	74%	5%
Riscos financeiros	6.900	69%	12%
Riscos nomeados e operacionais	188.347	24%	4%
Seguros compreensivos operações portuárias	15.563	68%	6%
Transporte internacional	9.415	13%	6%
Transporte nacional	18.019	80%	10%
Turístico	3.465	51%	7%
Viagem	81.852	114%	0%
Demais ramos	24.780	87%	10%
	747.920	62%	9%

Ramo	2019		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Compreensivo empresarial	15.510	53%	19%
Crédito à exportação	3.420	19%	14%
Riscos financeiros - Crédito interno	58.996	65%	12%
DPVAT	12.406	77%	0%
Garantia estendida	1.141	60%	1%
Garantia segurado - Setor público	22.727	22%	16%
Lucros cessantes	11.267	-13%	11%
Marítimos (cascos)	2.084	50%	16%
R.C. profissional	35.624	25%	14%
R.C. geral	43.014	40%	13%
R.C. Riscos ambientais	20.625	24%	14%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	24.769	77%	20%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	35.853	61%	20%
R.C. administradores e diretores - D&O	76.664	44%	15%
Responsabilidade civil hangar	5.665	36%	4%
Riscos de engenharia	6.434	-24%	13%
Riscos diversos	40.969	83%	6%
Riscos financeiros	8.906	10%	9%
Riscos nomeados e operacionais	150.614	24%	7%
Seguros compreensivos operações portuárias	13.923	83%	6%
Transporte internacional	6.764	56%	7%
Transporte nacional	14.187	64%	7%
Turístico	4.061	34%	7%
Viagem	56.942	72%	0%
Demais ramos	11.070	-10%	11%
	683.635	45%	10%

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2020	2019
As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:		
Provisão de prêmios não ganhos	(101.678)	59.442
Outras provisões		(790)
	(101.678)	58.652

28. SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros relidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros relidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de relidos estão assim compostos:

	2020	2019
Indenizações avisadas - Administrativas	(326.462)	(230.347)
Indenizações avisadas - Judiciais	(277)	(10.684)
Indenizações avisadas de consórcios e fundos	-	(18.381)
Despesas com sinistros - Administrativas	(24.067)	(19.987)
Despesas com sinistros - Judiciais	(4.537)	(9.922)
Retrocessões - Indenização	-	219
Recuperação de sinistros - Cosseguro	4.771	7.392
Salvados	4.618	1.651
Ressarcimentos	17.765	13.738
Varição de sinistros IBNR	(82.249)	(27.571)
Varição de sinistros IBNER - Ajuste PSL	(31.246)	(476)
Varição de despesas relacionadas do IBNR	(23.203)	(4.972)
Despesas com sinistros consórcios fundos	-	(6.059)
Serviços de assistência	(13)	(48)
Sinistros ocorridos	(464.900)	(305.447)

29. CUSTO DE AQUISIÇÃO

Ramo	2020	2019
Compreensivo empresarial	(1.549)	(2.972)
Crédito à exportação	(574)	(464)
Riscos financeiros - Crédito interno	(10.012)	(6.912)
DPVAT	-	(3)
Garantia estendida	(7)	(10)
Garantia segurado - Setor público	(1.482)	(3.592)
Lucros cessantes	(650)	(1.188)
Marítimos (cascos)	(382)	(341)
R.C. profissional	(2.888)	(5.048)
R.C. geral	(5.530)	(5.581)
R.C. riscos ambientais	(2.954)	(2.945)
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	(5.100)	(5.027)
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	(7.035)	(7.105)
R.C. administradores e diretores - D&O	(13.088)	(11.515)
Responsabilidade civil hangar	(77)	(218)
Riscos de engenharia	(558)	(853)
Riscos diversos	(2.355)	(2.520)
Riscos financeiros	(818)	(842)
Riscos nomeados e operacionais	(7.765)	(10.388)
Seguros compreensivos operações portuárias	(894)	(852)
Transporte internacional	(523)	(446)
Transporte nacional	(1.828)	(1.035)
Turístico	(229)	(277)
Viagem	(46)	(23)
Demais ramos	(2.527)	(1.248)
	(68.871)	(71.405)

	AIG Resseguros (*)	Travel guard	AIG Índia	AIG Consultoria	AIG Technologies (AIG Global Services)	AIG Property and Casualty, Inc.	AIG PC Global Services, Inc.	AIG Dublin	Total
--	--------------------	--------------	-----------	-----------------	--	---------------------------------	------------------------------	------------	-------

Relatório do Comitê de Auditoria

lmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S/A, instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, se reuniu, em 2020, em nove oportunidades.

O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S/A, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2020, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e de conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da AIG ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

Assizio Aparecido de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria

Josemar Costa Silva
Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Pereira Souza
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas AIG Seguros Brasil S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **AIG Seguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino

São Paulo – SP – Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2147

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

AIG Seguros Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Seguros Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador CRC 1PR050377/O-6

Empreendedores e executivos não têm mais desculpas para serem surpreendidos por riscos. Ouça a série de **podcasts Negócio Seguro AIG Play** e confira dicas para gerenciar as exposições dos seus negócios.



INOVAÇÃO



TECNOLOGIA

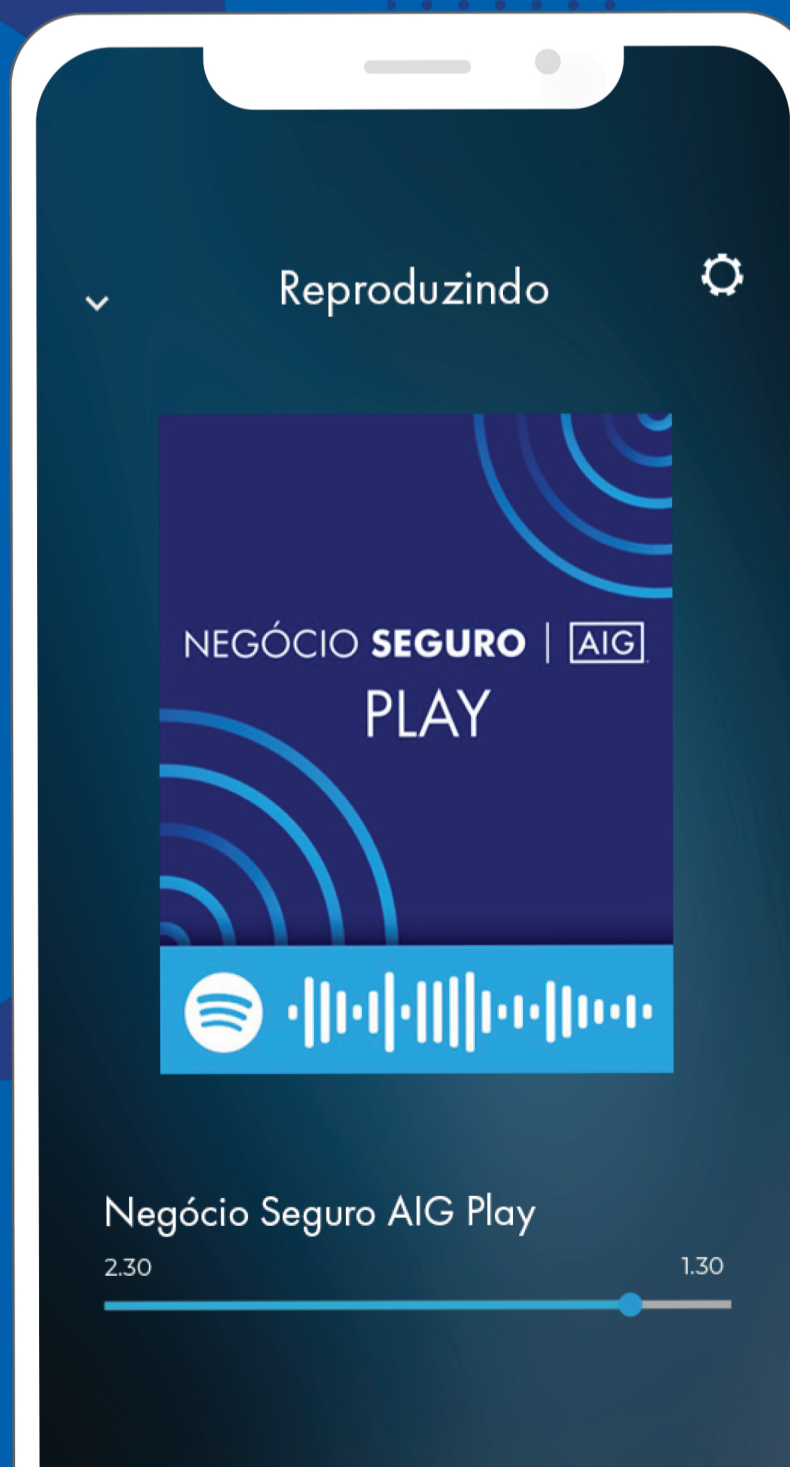


MULTINACIONAIS



REPUTAÇÃO

AIG



ECONOMIA



ESG



STARTUP

Abra o app Spotify no seu celular e aponte a câmera para acessar o canal.

Disponível em:



Escute no Spotify



Escute no Apple Podcasts